

TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO

Dispensa Eletrônica 13/2026

(Processo Administrativo 29/2026)

1. DECLARAÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de material elétrico para instalação dos ares condicionados das salas de aula da Autarquia Educacional de Belo Jardim, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	UND	QTD	VALOR UNT	TOTAL	IMÁGENS
GRUPO 01							
1.	Cabo elétrico 6 mm ² , cobre, isolamento PVC 750V antichama, peça com 100m nas cores PRETO, VERMELHO ou BRANCO	333616	Pç	8	R\$ 852,55	R\$ 6.820,40	
2.	Cabo elétrico 10 mm ² , cobre, isolamento 750V, peça com 100m, nas cores PRETO, VERMELHO ou BRANCO	613579	Pç	2	R\$ 1.641,27	R\$ 3.282,54	
3.	Eletroduto PVC rígido 3/4", antichama, preto, com rosca.	622525	Und	100	R\$ 18,11	R\$ 1.811,00	
4.	Luva com rosca para eletroduto rígido 3/4", antichama, preto.	458356	Und	100	R\$ 3,04	R\$ 303,80	
5.	Caixa de passagem 4x4" PVC, rígida.	628796	Und	20	R\$ 5,91	R\$ 118,20	

6.	Braçadeira para eletroduto 3/4" aço galvanizado.	426448	Und	300	R\$ 3,60	R\$ 1.079,25	
7.	Parafuso nº 8 aço zincado, cabeça chata philips, pct com 100	615676	Pct	5	R\$ 22,85	R\$ 114,25	
8.	Bucha nº 8 nylon, pct com 100	637605	Pct	5	R\$ 32,90	R\$ 164,50	
9.	Disjuntor termomagnético bifásico 20A curva C	623129	Und	30	R\$ 31,43	R\$ 943,01	
10.	Curva 90° para eletroduto 3/4"	376954	Und	10	R\$ 3,42	R\$ 34,23	
11.	Caixa de sobrepor para disjuntor bifásico	334321	Und	30	R\$ 49,00	R\$ 1.470,00	
12.	Quadro de distribuição para 18 disjuntores	633608	Und	1	R\$ 242,36	R\$ 242,36	
13.	Broca para concreto 8 mm widea	633370	Und	5	R\$ 14,23	R\$ 71,15	
14.	Placa cega 4x4, com ou sem suporte e com parafusos.	426310	Und	40	R\$ 5,53	R\$ 221,20	

15.	Refletor Holofote, Led 50w, Luz Verde Jardim Grama, Bivolt.	470263	Und	5	R\$ 30,87	R\$ 154,35	
16.	Tarraxa Dimensão: 3/4 POL, Uso: Abertura Rosca	286719	Und	2	R\$ 31,21	R\$ 62,42	
VALOR TOTAL					R\$ 16.892,66		

2. FUNDAMENTAÇÃO SIMPLIFICADA DA CONTRATAÇÃO

2.1 A aquisição de material elétrico para a instalação dos aparelhos de ar-condicionado nas salas de aula da Autarquia Municipal de Belo Jardim é necessária para garantir o funcionamento seguro, eficiente e adequado dos equipamentos. Os aparelhos de climatização possuem alta demanda de energia e exigem circuitos elétricos exclusivos, não sendo recomendada sua ligação na rede existente sem a devida adequação.

2.2 Dessa forma, torna-se indispensável a utilização de condutores, disjuntores, eletrodutos e demais componentes compatíveis com a carga instalada, evitando sobrecargas, quedas de energia, danos aos equipamentos e riscos à segurança dos usuários.

2.3 A instalação deverá seguir as normas técnicas vigentes, especialmente a ABNT NBR 5410, assegurando qualidade, segurança e desempenho da rede elétrica. Além disso, a aquisição atende ao interesse público, ao proporcionar melhores condições de conforto térmico nas salas de aula, favorecendo o ambiente de ensino.

2.4 Por fim, a contratação está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, sendo devidamente justificada pela necessidade de adequação da infraestrutura elétrica para suportar os equipamentos a serem instalados.

CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

2.1. Os bens objeto da presente contratação são classificados como comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade encontram-se objetivamente definidos no item 1. **DECLARAÇÃO DO OBJETO**, por meio de especificações usuais no mercado.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

3.1. Na hipótese de haver restrição de fornecedores, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá **dispensar a apresentação de documentação** relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição, conforme modelo constante do Anexo I.

3.2. O prazo de entrega dos bens/prestação dos serviços é de 05 (cinco) dias, após a emissão da nota de empenho, obedecendo acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

3.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.4. Para TODOS os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto Municipal nº 54, de 14 de julho de 2021, que institui o Programa Municipal de Compras e Licitações - Licita Belo Jardim.

3.4.1. Sendo atendido o disposto no inciso II do Art. 49 da Lei Complementar nº 123/06, será observado o contido no §3º do Art. 48, incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014, utilizando o percentual máximo permitido e a localidade do Agreste Pernambucano.

3.5. A contratação deverá seguir os seguintes parâmetros de Responsabilidade Socioambiental:

3.5.1. Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados a diretriz do art. 5 da Lei 14.133/21 e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União e normativos correlatos.

3.5.2. **DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:** A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais (ex. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, ANVISA, ou certificação energética), além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

3.5.3. **DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA, SOCIAL e CULTURAL:** A contratação atende as diretrizes do Município, além de atingir diretamente as necessidades sociais, haja vista ser o objeto para imediata utilização, bem como seguir alinhado aos padrões nacionais de aquisição.

4. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

4.1.1. O pagamento será em parcela única, realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, que será emitida após concluída a prestação dos serviços, através de ordem bancária, para crédito no:

4.1.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata nos termos do art. 75º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal.

4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.3.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{36} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

6. DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

6.1 As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão pelas seguintes DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, constantes do orçamento vigente para o exercício 2026 ou por outras dotações do mesmo programa:

UNIDADE GESTORA	ÓRGÃO ORÇAMENTARIO	UND ORÇAMENTARIA	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	FONTE DE RECURSO
18004	25000	25001	12/364	38	2.186	68 3.3.90.30.00

WESLEY RENATO BEZERRA TORRES
Setor de Almoxarifado



APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Aprovo o conteúdo deste Termo de Referência, nos termos do inciso II, do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021, considerando a necessidade de aquisição de materiais elétricos para instalação dos ares condicionados, visando melhorar as condições de ventilação e conforto térmico nos ambientes da Autarquia Educacional de Belo Jardim.

ANTONIO HENRIQUE HABIB CARVALHO

Diretor – Presidente da AEB